

Fls. Nº_	062
Rubr	#

Comissão Permanente de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023 **JUSTIFICATIVA**

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores/SE, instituída pela Portaria nº 034/2023, de 02 de fevereiro de 2023, vem apresentar Justificativa de Inexigibilidade de Licitação para a contratação da Empresa DINAMICA PÚBLICA LIMITADA, para realização de 03 (três) inscrições de vereadores, desta Casa Legislativa, no SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA AGENTES PÚBLICOS E POLÍTICOS com os Temas: "O desenvolvimento sustentável e municipalidade: a conscientização da Administração Pública às questões ambientais" e "Marketing político e comunicação eficaz: como usar técnicas de marketing para melhorar sua comunicação política e construir uma marca pessoal vencedora", que ocorrerá no período de 19 a 22 de 2023, em Maceió/AL, conforme o quanto disposto neste processo.

Para respaldar a sua pretensão, esta Comissão traz aos autos do sobredito processo peças fundamentais: panfleto do curso e documentos da empresa, além de outros elementos que se constituem no processo em si.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o Processo Licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para o objeto do contrato. bem como para a pessoa do futuro contratado.

Instada a se manifestar, esta Comissão vem apresentar justificativa de inexigibilidade de licitação sub examine, o que faz nos seguintes termos:

A Lei nº 8.666/93, em seu art. 25, II e §1º dispõe, in verbis:

Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou notória especialização, empresas de inexigibilidade para servicos de publicidade ou divulgação:

(...)

§1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e









Comissão Permanente de Licitação

indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Já o suso-aludido artigo 13, em seu inciso VI, com a redação introduzida pela Lei nº 8.883/94, esclarece-nos:

Art. 13 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Em seguida, o mesmo diploma legal estabelece as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação (*ex vi* do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93); Ei-las:

- 1 Razão da escolha do fornecedor ou executante;
- 2 Justificativa do preço.

Sabe-se que a Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores/SE, por força da sua natureza jurídica, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime quando utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contração direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que esta Comissão demonstrará a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresentá.

Reponta extreme de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme aqui intensiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de Licitação.

Por fim, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

Considerando o grave problema das Câmaras Municipais;

Considerando a necessidade de melhoria dos serviços e trabalhos ali desenvolvidos;

2



FIs.	Nº_	064
Rubr		

Comissão Permanente de Licitação

Considerando os problemas de legislatura e outros mais se deve, em grande parte, à falta de especialização dos vereadores e funcionários;

Considerando, ainda, que os serviços Legislativos a esta Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores/SE, desenvolvem-se no sentido de melhorar e respaldar as decisões tomadas naquela Casa, visando ao interesse público e à realização do bem comum, além de evitar contendas judiciais e, se for o caso, promover seu acompanhamento;

Considerando, por fim, que a Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores/SE, necessita adequar-se à nova realidade legislativa dos tempos modernos, imposta por decisões legais e respaldadas, através de uma competente assessoria, é que entendemos ser inexigível a licitação.

Perfaz a presente inexigibilidade o valor global de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) para a realização de 03 (três) inscrições de vereadores, desta Casa Legislativa, no SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA AGENTES PÚBLICOS E POLÍTICOS com os Temas: "O desenvolvimento sustentável e municipalidade: a conscientização da Administração Pública às questões ambientais" e "Marketing político e comunicação eficaz: como usar técnicas de marketing para melhorar sua comunicação política e construir uma marca pessoal vencedora", que ocorrerá no período de 19 a 22 de maio de 2023, em Maceió/AL, sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

- UO: 01001 Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores/SE
- Dotação: 2001 Manutenção da Câmara Municipal
- Classificação de Despesa: 3390.39.00.00 Outros Serv. de Terceiros P. Jurídica
- Fonte de Recursos: 15000000

Finalmente, porém não menos importante, ex posistis, opina a Comissão Permanente de Licitação pela contratação direta dos serviços da Empresa **DINAMICA PUBLICA LIMITADA**, sem o precedente Processo Licitatório, ex vi do art. 25, II, c/c art. 13, VI e art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores/SE, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial do Estado, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica susoaludida.



Comissão Permanente de Licitação

Nossa Senhora das Dores/SE, 12 de maio de 2023.

CRISLAINE SANTOS GARÇÃO

ALINE ANDRADE ROCHA
Secretária

JOSÉ MARCOS SANTOS PEREIRA Membro

> Ratifico. Publique-se. Em 12/05/2023.

FÁBIO ROSA DE OLIVEIRA Presidente da Câmara Municipal